

Edição nº 7 – 17 a 21 de outubro

CÂMARA APROVA MUDANÇA DE REGRAS DO SETOR ELÉTRICO

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira, a Medida Provisória (MP) nº 735/2016, na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 29/2016, apresentado pelo Deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), trazendo significativas alterações na legislação do setor elétrico. Abaixo constam algumas de tais alterações.

Um dos destaques do texto aprovado diz respeito à possibilidade de a União transferir, mediante licitação, o controle societário das concessionárias de geração, distribuição e transmissão cujas concessões não tenham sido prorrogadas e estejam sob controle estatal direto ou indireto. Nesse caso, seria outorgado novo contrato de concessão à concessionária em questão por 30 anos. Segundo o Governo Federal, essas alterações eximirão a União de apurar o valor dos bens reversíveis e de pagá-los à Eletrobrás, controladora das concessionárias, sobretudo de distribuição, evitando a liquidação destas empresas, demissões e interrupção do contrato com fornecedores. Como condições, o PLV determina que o novo controlador cumpra metas de universalização e mantenha pelo menos 90% do número total de empregados (e 70% dos empregados atuais) por, no mínimo, dois anos.

O PLV prevê uma espécie de anistia dos concessionários ou autorizatários cujos ativos de geração estejam com cronograma atrasado em mais de 3 meses. Eles terão 60 dias para requerer à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a rescisão de seus contratos, sendo assegurados: (i) a liberação ou restituição de 70% das garantias de cumprimento das obrigações do contrato; (ii) a rescisão dos contratos de compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (CCEAR) ou

contrato de energia de reserva (CER) vinculados ao empreendimento em questão, sujeito ao pagamento de 20% das multas contratuais; (iii) o não pagamento pelo uso de bens públicos de aproveitamento hidrelétrico; e (iv) o não impedimento de participar dos processos de novas outorgas em função das rescisões.

O PLV também cria o Plano Nacional de Modernização das Redes de Energia Elétrica – Inova Rede - por meio do qual as distribuidoras de energia elétrica ficam autorizadas a submeter à ANEEL um plano de metas anuais, visando a modernização de suas redes e a instalação de medidores eletrônicos inteligentes nas áreas onde houver justificativa econômica e condições técnicas. Os projetos implantados no âmbito do Inova Rede serão considerados investimentos prudentes para integrar a base de remuneração regulatória das distribuidoras, conforme regulamentação da ANEEL.

Ademais, o texto dispõe que o custo adicional pago pelo Brasil ao Paraguai pela sobra de sua energia de Itaipu seja repassado aos consumidores. Conforme Acordo celebrado entre ambos os Governos em 2009, atualmente este custo é de responsabilidade do Tesouro Nacional. A medida atinge os consumidores brasileiros das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e é retroativa a janeiro de 2016. O PLV autoriza, ainda, que a União repactue os termos do Acordo.

O PLV deverá ser deliberado pelo Plenário do Senado Federal a partir da próxima terça-feira (18), já que a MP tem validade somente até 20 de outubro.

Texto elaborado em conjunto com a área de Energia Elétrica de TozziniFreire Advogados.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

FIQUE DE OLHO

FIM DA REELEIÇÃO PARA O EXECUTIVO É OBJETO DE PROJETOS NO SENADO

O Senador Romero Jucá (PMDB-RR) protocolou, no dia 6 de outubro, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) com o objetivo de eliminar a possibilidade de reeleição para os cargos do Poder Executivo. De acordo com as informações prestadas pela Agência Senado, a reforma política é uma das prioridades do governo para votação ainda em 2016. O Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se manifestou positivamente sobre o tema, afirmando considerar relevante para discussão em conjunto com as outras reformas já propostas. Além disso, Maia também afirmou que a comissão para analisar a reforma política será instalada nesta semana. Na última quinta (13) ele participou de reunião com o Ministro Gilmar Mendes para tratar sobre o assunto. Apenas no Senado, quatro PECs versam sobre o fim da reeleição no Poder Executivo: 48/2016, 19/2015, 4/2015 e 35/2014.

APROVADA EM 1º TURNO NA CÂMARA A PEC DO "TETO DOS GASTOS"

Na madrugada da última terça-feira (11) foi aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, do Poder Executivo, que estabelece o chamado "teto dos gastos públicos federais". A matéria foi aprovada com 366 votos a favor e 111 contra e foi um forte sinal de apoio dos partidos da base aliada do atual Presidente Michel Temer. Por se tratar de emenda à Constituição, a medida ainda deve ser votada no Plenário da Câmara em segundo turno, antes de seguir ao Senado Federal, onde também deverá enfrentar dois turnos de votação. Entre outros assuntos, a Proposta define que o limite de despesas primárias para o exercício de 2017 será baseado no valor das despesas pagas no exercício de 2016, incluindo os restos a pagar e demais operações que afetam o resultado primário, corrigidos em 7,2%. Para os exercícios posteriores, será o valor limite referente ao exercício imediatamente anterior corrigido pela inflação (pelo IPCA ou índice que vier a substituí-lo). Conforme anunciado durante a semana pelo Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o segundo turno de votação da PEC será no fim do mês de outubro.

LEI DE REPATRIAÇÃO DE RECURSOS SAI DA PAUTA DA CÂMARA POR FALTA DE ACORDO

O Projeto de Lei nº 2617/15, que altera a chamada Lei de Repatriação de Recursos e que estava pautado para discussão pelo Plenário da Câmara na semana passada, foi retirado da pauta de ofício pelo Presidente Rodrigo Maia, que entendeu não haver consenso em torno da matéria para votação. O Presidente da Casa se disse desgastado com o assunto, e afirmou que não pautará a matéria novamente. Já na quinta-feira (13), o Presidente Maia declarou que, se houver acordo, o texto poderá ser pautado pelo Presidente em exercício na Câmara durante esta semana. Rodrigo Maia assumiu a Presidência da República na sexta-feira (14), enquanto o Presidente Michel Temer viaja para participar da 8ª Cúpula dos BRICS.

CCJC DA CÂMARA APROVA ACORDO SOBRE TRANSPORTES AÉREOS E COOPERAÇÃO DE INVESTIMENTOS COM PAÍSES PARCEIROS

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira (11), o relatório do Dep. Osmar Serraglio (PMDB-PR) apresentado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 424/2016, que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19/03/2011. Além disso, também aprovou o relatório do Dep. Fábio Sousa (PSDB-GO) apresentado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 437/2016, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Maputo, em 30/03/2015.

COMISSÃO DA CÂMARA APROVA ALTERAÇÃO NA LEI DE FALÊNCIAS PARA PRIORIZAR COMPRADORES DE IMÓVEIS NO RECEBIMENTO DE VALORES

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou, na última terça-feira (11), o substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.032/2015, que altera a Lei de Recuperação de Empresas e Falências, para determinar que os compradores de imóveis tenham prioridade em receber os valores pagos em caso de falência de construtoras, incorporadoras e imobiliárias, nos termos do parecer do Relator, Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE). A matéria ainda deverá ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 741/2016 (CMMPV 741/2016)
19/10/2016, às 10H30

Medida Provisória nº 741/2016, que altera a Lei nº 10.260/2001, regulamentadora do Fundo de

Financiamento ao estudante do Ensino Superior (FIES).

Autor: Presidente da República

Relator: Sen. Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Relatório: não disponibilizado.

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

18/10/2016, às 14H

Projeto de Lei do Senado nº 204/2016, que permite aos entes da federação ceder direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, a pessoas jurídicas de direito privado.

Autor: Sen. José Serra (PSDB-SP)

Relator: Sen. Paulo Bauer (PSDB-SC)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

Projeto de Resolução do Senado nº 55/2015, que fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação.

Autores: Sen. Randolfe Rodrigues (REDE-AP) e outros

Relator: Sen. Jorge Viana (PT-AC)

Relatório: pela aprovação.

19/10/2016, às 14H

FIQUE DE OLHO

Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2016, que autoriza distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Autores: Sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Relator: Sen. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

18/10/2016, às 10H

Projeto de Lei da Câmara nº 169/2015, que altera a Lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar pagamentos antecipados.

Autor: Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP)

Relator: Sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

Projeto de Lei nº 370/2012, que altera a lei nº 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa.

Autor: Sen. Benedito Lira (PP-AL)

Relator: Sen. Cristovam Buarque (PPS-DF)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)

19/10/2016, às 10H

Projeto de Lei do Senado nº 401/2012, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública.

Autores: Sen. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP)

Relator: Sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA)

18/10/2016, às 9H30

Projeto de Lei do Senado nº 415/2012, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente nas operações com automóveis movidos a energia elétrica.

Autor: Sen. Eduardo Amorim (PSC-SE)

Relator: Sen. Paulo Rocha (PT-PA)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

FIQUE DE OLHO

Projeto de Lei nº 4.567/2016, do Senado Federal, que pretende facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção.

Autor: Sen. José Serra (PSDB-SP)

Relator: Dep. José Carlos Aleluia (DEM-BA)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PEGUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR)

19/10/2016, às 10H

Projeto de Lei nº 2.982/2015, que autoriza a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural ou agroindustrial contratadas por produtores rurais e suas cooperativas ao amparo do Programa Nacional do Álcool (Proálcool).

Autor: Dep. Jovair Arantes (PTB-GO)

Relator: Dep. Roberto Baltestra (PP-GO)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

18/10/2016, às 14H30

Proposta de Emenda à Constituição nº 425/2014, que exclui da incumbência do poder público a prestação dos serviços de táxi, que passam a ser considerados serviços de utilidade pública e não serviços públicos.

Autor: Dep. Wellington Fagundes (PR-MT)

Relator: Dep. Osmar Serraglio (PMDB-PR)

Relatório: pela admissibilidade.

Projeto de Lei nº 1.202/2007, que disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

Autor: Dep. Carlos Zarattini (PT-SP)

Relatora: Dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 3.453/2015, que altera a Lei de Telecomunicações para permitir à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) alterar a modalidade de licenciamento de serviço de telecomunicações de concessão para autorização.

Autor: Dep. Daniel Vilela (PMDB-GO)

Relator: Dep. Sergio Souza (PMDB-PR)

Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do texto, de emendas e do

substitutivo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CDU)

18/10/2016, às 09H

Projeto de Lei nº 569/2011, que torna as concessionárias de serviço público de saneamento básico e de energia elétrica responsáveis, respectivamente, pela instalação do padrão de entrada de água e de energia elétrica, preparado de forma a permitir a ligação da unidade consumidora à rede de distribuição.

Autor: Dep. Weliton Prado (PT-MG)

Relator: Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 2.114/2015, que cria o programa Licença Brasil e estabelece normas gerais para a obtenção de licenças e alvarás de funcionamento de estabelecimentos comerciais, empresariais, industriais, empreendimentos habitacionais e entidades sem fins lucrativos, classificados em lei como empreendimentos de baixo risco, no âmbito da Administração Pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Autor: Dep. Rogerio Rosso (PSD-DF)

Relator: Dep. Julio Lopes (PP-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

11/10/2016, às 09H30

Projeto de Lei nº 2.741/2015, que define o marco regulatório da Política Brasileira de Conteúdo Nacional, compreendido como a participação percentual da indústria nacional na produção de um mesmo bem ou serviço, com o objetivo de revigorar a indústria nacional.

Autor: Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP)

Relator: Dep. Mauro Pereira (PMDB-RS)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 5.895/2016, que tipifica criminalmente a conduta de corrupção privada, alterando a Lei de Propriedade Industrial.

Autor: Dep. João Derly (REDE-RS)

Relator: Dep. Mauro Pereira (PMDB-RS)

Relatório: pela aprovação.

Projeto de Lei nº 4.085/2015, que amplia o escopo das debêntures incentivadas, com o fim de assegurar o mesmo tratamento entre as debêntures emitidas pelas empresas do segmento de infraestrutura e as demais corporações do setor industrial.

Autor: Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE)

Relator: Dep. Lucas Vergilio (SD-GO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)
19/10/2016, às 10H

Projeto de Lei Complementar nº 42/1999, que dispõe sobre a fiscalização das instituições financeiras, o risco da liquidação dessas instituições, autoriza a criação da Agência Nacional de Fiscalização das Instituições Financeiras (ANFIF), e do Instituto Segurador de Créditos contra Instituições Financeiras (ISIF).

Autor: Dep. Jutahy Junior (PSDB-BA)
Relator: Dep. Alfredo Kaefer (PSL-PR)
Relatório: pela rejeição.

Projeto de Lei nº 5.472/2001, que concede dilação de prazo para pagamento do imposto de importação, nas operações de importação de mercadoria, com o objetivo de incentivar a instalação de fábricas no País.

Autor: Dep. Luiz Carlos Haully (PSDB-PR)
Relator: Dep. Manoel Junior (PMDB-PB)
Relatório: pela rejeição.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)
19/10/2016, às 9H30

Projeto de Lei nº 3.781/2012, que altera a Lei que dispõe sobre a aquisição de produtos no âmbito do Ministério da Saúde, para tornar obrigatória a utilização da modalidade pregão eletrônico nas licitações para aquisição de bens ou contratação de serviços comuns na área da saúde.

Autor: Dep. Ângelo Agnolin (PDT-TO)
Relator: Dep. Sergio Vidigal (PDT-ES)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 2.997/2015, do Senado Federal, que altera a Lei Pelé para exigir a comprovação de contratação de seguro de vida, de acidentes pessoais e de invalidez permanente para os atletas profissionais e para o responsável técnico de suas respectivas equipes, como condição para participação

de atletas e de treinadores de futebol nas competições que especifica.

Autor: Sen. Zeze Perrella (PTB-MG)
Relator: Dep. Luciano Ducci (PSB-PR)
Relatório: pela aprovação, com substituto.

COMISSÃO ESPECIAL PARA O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES 18/10 /2016, às 15H30, E 19/10/2016, às 14H

Reuniões para deliberar o relatório ao Projeto de Lei nº 827/2015.

Autor: Dep. Dilceu Sperafico (PP-PR)
Relator: Dep. Nilson Leitão
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE, ESTUDO E FORMULAÇÃO DE PROPOSIÇÕES RELACIONADAS À REFORMA TRIBUTÁRIA 18/10/2016, às 14H30

Reunião para apresentar o roteiro dos trabalhos da Comissão.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES RELACIONADAS À LEI ROUANET (CPI ROUANET) 18/10/2016, às 14H30

Audiência Pública para obter esclarecimentos sobre fatos relacionados ao objeto de investigação da CPI.

COMISSÃO ESPECIAL DA PEC DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS 17/10/2016, às 17H

Reunião deliberativa para elaboração da redação para o segundo turno de discussão e votação da PEC.

